

Economia Camponesa a Agricultura Familiar: Evolução do Uso da Biodiversidade do Cerrado

Eliane de Oliveira¹
Laura Maria Goulart Duarte²

As formas de uso da biodiversidade diferenciam-se num processo de co-evolução entre as comunidades/sociedades e o meio ambiente que as envolve. Este trabalho apresenta como objetivo estudar as relações de uso existentes entre a agricultura familiar e o Bioma Cerrado. Considerou-se a evolução histórica de ocupação do Cerrado no século XIX e começo do século XX, a tecnologia disponível para a agricultura e algumas características dos recursos naturais. No século XIX a agricultura em Goiás caracterizava-se como “camponesa” pela fraca utilização de insumos, predominância do trabalho familiar, escassa produção de excedentes; e ingresso circunstancial ao mercado, constituindo sistema econômico de “exploração familiar natural”. Devido a aspectos climáticos como o veranico e a ausência ou escassez de chuvas na época da seca; o sertanejo desenvolveu sistema misto onde o risco inerente à produção agrícola poderia ser amenizado pelo uso de espécies nativas. No Cerrado, os processos migratórios, êxodo rural, urbanização e a própria diferenciação da agricultura familiar com sua inserção ao mercado contribuíram para a transformação de alguns produtos, pertencentes ao universo familiar regional, em mercadorias (como guariroba e pequi) abrindo novas possibilidades para o uso desses produtos. No entanto a grande diversidade de espécies deste bioma encontra-se ameaçada pelo crescente desuso e pela fraca ou nenhuma inserção aos mercados, sem falar da crescente alteração de suas áreas de ocorrência natural.

Introdução

O sistema capitalista fundou-se numa racionalidade econômica dirigida pela maximização do lucro e do excedente econômico no curto prazo, e pelo direito privado (LEFF, 2000:215). A concentração do poder econômico e político contribuem para a homogeneização dos modelos produtivos, dos padrões de consumo e dos estilos de vida, transformando as práticas tradicionais de uso dos recursos, desestabilizando os processos ecológicos e desintegrando a identidade e solidariedade dos grupos culturais (LEFF, 2000:216).

No caso da ocupação de territórios, quando o ecossistema apresenta produtos e espécies com pouco ou nenhum valor mercadológico, freqüentemente o espaço de existência dessas espécies é profundamente alterado pela introdução de espécies exógenas, produzidas com o fim

¹ Professora e pesquisadora do Centro Multidisciplinar – Campus de Cruzeiro do Sul, Universidade Federal do Acre. Av. 25 de Agosto, nº 2401, Bairro 25 de Agosto, CEP.: 69.980-000, Cruzeiro do Sul – Acre. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UnB. Fone: (68) 3322-4572; e-mail: elicanga@yahoo.com.br

² Professora e pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Sustentável

de troca mercantil e acesso aos mercados. Por exemplo, a apropriação do território visando à produção agrícola ou pecuária de produtos e espécies com valor de mercado utiliza, geralmente, espécies exógenas aos ecossistemas ocupados.

A diversidade dos "estilos de agricultura" existentes e a infinita possibilidade de variações que os sistemas agrícolas e a vida rural podem assumir devem ser consideradas pelas estratégias de desenvolvimento rural (VAN DER PLOEG, 1990). Uma política ambiental democrática requer a garantia das condições ambientais essenciais à segurança alimentar da população, assim como, a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Esforços devem ser empreendidos para associar os conhecimentos da tecnologia agrícola à valorização dos conhecimentos das populações tradicionais principalmente quando possam contribuir para uma gestão mais adequada dos recursos naturais com o uso da biodiversidade local.

Este trabalho objetiva estudar aspectos do uso da biodiversidade do Cerrado associados às populações tradicionais de agricultores familiares, de acordo com a lógica econômica camponesa e o processo histórico de ocupação do Estado de Goiás.

Relação Conceitual entre Agricultura Familiar e Camponesa

A unidade de produção familiar na agricultura é considerada diferente da unidade de produção capitalista porque a empresa familiar não se organiza sobre a extração e apropriação do trabalho alheio, a mais-valia³ (CHAYANOV apud WANDERLEY, 1998b), a fonte do trabalho para a produção é o próprio proprietário dos meios de produção (WANDERLEY, 1998b, p.30) e, apesar da unidade de produção camponesa lidar com trabalho, bens de produção e terra, isso não significa, necessariamente, que ela gere salário, lucro e renda da terra (ABRAMOVAY, 1998a, p.59).

No Brasil estudos sobre o mundo rural a partir de 1950 relacionam o campesinato à agricultura que se reproduziu historicamente no interior das grandes propriedades (latifúndios), constituindo-se na força de trabalho das plantações, e em pequenos estabelecimentos familiares de agricultura de subsistência (WANDERLEY, 1998a, p.28).

O campesinato também pode ser identificado por uma série de características universais: unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família; uso intensivo de trabalho; e natureza patriarcal da organização social (JERZY TEPICHT apud ABRAMOVAY, 1998a, p.73).

³. A relação essencial ao capital é a de compra e venda de força de trabalho porque é através desta relação que o capital se valoriza. O lucro é trabalho não pago, é produto da exploração do trabalhador assalariado. A relação-capital é essencialmente uma relação de exploração. (SINGER, 1987, p.29).

Para SHANIN (1973, p.63-64 apud ABRAMOVAY, 1998a, p.108) o campesinato é delimitado como uma entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas: unidade familiar como a unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra e a criação de animais como o principal meio de subsistência, cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e sujeição multidirecional a poderes exteriores".

Por contraste entre o selvagem e o agricultor, o tipo ideal de sociedade camponesa se define pelos seguintes traços (JOLLIVET, 1992):

- 1) Autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades,
- 2) Importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade,
- 3) Sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente,
- 4) Coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas,
- 5) Função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Para Tepicht, a família camponesa cumpria, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas (ABRAMOVAY, 1998a, p.73), pois o camponês não exige, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro (ABRAMOVAY, 1998a, p.74).

Para Lenin e Kautsky, o mundo agrário integrar-se-ia ao mercado e os camponeses, se diferenciariam em proletário (vendem a força do trabalho) ou burguês (vive da exploração do trabalho alheio);o que, no longo prazo, impediria a sobrevivência da agricultura familiar no campo (ABRAMOVAY, 1998a, p.49).

Os processos de diferenciação camponesa no Brasil foram estudados nos anos 1960 considerando-se as diferenças entre características estruturais, como o trabalho familiar, e características mais específicas, como sua inserção a economia vinculada às relações de poder caracterizadas pelo coronelismo (PORTO; SIQUEIRA, 1994, p.79). A interação/relação entre o coronelismo e as sociedades camponesas também poderia ser compreendida dentro da lógica de mediação dos notáveis ("os coronéis"), entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

A intensificação da censura a temas polêmicos como a reforma agrária no fim dos anos 1960, contribuiu para adoção do conceito de pequena produção. As questões relacionadas com o acesso à terra diluíram-se e, o desafio posto era “transformar”, “intensificar” ou “tecnificar” os processos produtivos na pequena produção.

Com a intensificação e consolidação do processo de modernização da agropecuária brasileira, na década de 1970 e, com esgotamento do “milagre brasileiro”, é enfatizada a subordinação desta pequena produção ao capital (SILVA, 1981; BESKOV, 1980; apud PORTO; SIQUEIRA, 1994, p.82) e seu papel como fornecedora de mão-de-obra, matérias-primas e alimentos a preços mais baixos, barateando o custo de reprodução da mão-de-obra para o capital (PORTO; SIQUEIRA, 1994, p.81).

As transformações tecnológicas fragilizaram a independência da produção para auto-consumo, na medida em que os itinerários técnicos dependiam cada vez mais do uso de insumos produzidos e adquiridos fora das unidades de produção, descaracterizando-as como unidades auto suficientes ou camponesas.

Por outro lado, as necessidades de consumo da unidade familiar, inseridas no, e, adotando como referência, o processo de modernização social, transformaram-se e, normalmente, extrapolaram as possibilidades da unidade produtiva ou da produção camponesa.

Em resposta à nova conjuntura rural, na literatura brasileira no início da década de 1990, adotou-se a expressão Agricultura Familiar quase simultaneamente em duas esferas distintas (SCHNEIDER, 2000, p.30): no campo político por intermédio dos movimentos sociais e sindicalismo rural e, de outro lado, em alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos.

O Estado também legitimou o termo agricultura familiar quando instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, em resposta às pressões do movimento sindical rural.

Visando definir e categorizar a agricultura familiar no Brasil, Kageyama e Bergamasco (1990) tipificaram os estabelecimentos familiares a partir do critério básico da contratação de força de trabalho externa (empresas familiares, familiares temporários e familiares puros). Os estabelecimentos que utilizavam unicamente mão-de-obra assalariada foram considerados como empresa não familiar

Silva (1995) distingue dois grupos: as empresas familiares e os produtores camponeses. A distinção fundamental entre essas categorias reside no grau incipiente de divisão de trabalho, entretanto ambas apresentam características de unidades familiares.

Outra análise subdivide o quadro-estrutural da agricultura brasileira em quatro tipos ou categorias: a patronal, a familiar consolidada, a familiar de transição e a periférica, sendo que

esta última se caracteriza mais como local de resistência e subsistência de uma mão-de-obra desempregada ou subempregada (FAO,1994).

Para Wanderley (1998b, p.44-46), as diferenciações entre o campesinato e a atual forma de agricultura familiar consistem na redefinição da relação tradicional trabalho/consumo, da natureza indivisível da remuneração familiar, da possibilidade de efetuar avaliações subjetivas e da definição do grau de “auto-exploração” de sua própria força de trabalho. Contudo, considera que a imposição de um patamar tecnológico, a dependência em relação ao crédito bancário, a fragilidade do acesso à terra e a vinculação da produção aos diversos mecanismos de mercado, integram a unidade de produção familiar ao processo geral da acumulação capitalista.

De forma geral, é possível considerar os agricultores familiares um segmento social originário do campesinato que, devido a sua evolução histórica (brasileira e mundial), se aproxima mais da forma camponesa ou capitalista de produção. Entretanto os aspectos particulares da organização econômica camponesa exerceram sua influência na forma como os recursos naturais foram e são utilizados, em particular no que se refere ao uso da biodiversidade circundante.

Características do Sistema de “Economia Camponesa”

Os princípios da teoria capitalista – renda da terra, capital, preço e outras categorias – formaram-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca maximizar lucros (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.133).

Entretanto o sistema econômico da unidade de trabalho familiar não é capitalista (CHAYANOV apud ABRAMOVAY, 1998a, p. 59) e pode ser definido pelas seguintes categorias: 1) rendimentos provenientes do trabalho familiar; 2) preço das mercadorias; 3) reprodução dos meios de produção; 4) preço do capital na circulação do crédito; 5) preço da terra (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.144-145).

O camponês não pratica um cálculo contábil visando apurar custos de produção ou taxas de lucro, mas se orienta pelo que denomina “sobras”. O trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades da familiar (ABRAMOVAY, 1998a, p.61) que constitui a força de trabalho e, por isso não se confundem com as necessidades de uma empresa.

Na agricultura familiar o interesse econômico e os interesses pessoais e subjetivos podem se realizar ao mesmo tempo. A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora (número de seus membros capazes de

trabalhar e produtividade da unidade de trabalho) e; pelo grau de esforço do trabalho (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.138). Enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior à importância das necessidades que o trabalho suportado satisfaz, a família que trabalha, sem utilizar trabalho pago, prossegue em sua atividade (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.139).

Na economia camponesa ou natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Por isso o orçamento é em grande medida qualitativo: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto in natura qualitativamente correspondente (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.136).

A quantidade de trabalho é calculada (medida) considerando-se a extensão de cada necessidade única: é suficiente, é insuficiente; é o cálculo que se faz. Não se coloca a questão da lucratividade comparada dos diversos dispêndios: os produtos, em geral, não são permutáveis e não podem substituir um ao outro; não se aplica uma norma comum a eles (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.137).

O valor do produto do trabalho não é uma razão direta das leis de mercado, passa pela percepção subjetiva que cada membro da família tem desse produto ou qual a necessidade do mesmo. MELLOR (1963, p.519-520) explica que: "Para atingir a subsistência, os agricultores escolhem converter seu trabalho em bens e serviços, mesmo a uma baixa taxa marginal de retorno. Segue-se que a utilidade ligada ao aumento de bens e serviços será menor, uma vez alcançada a subsistência." (citado por ABRAMOVAY, 1998a, p.91-92).

O ponto que define a quantidade necessária do trabalho familiar varia em função do tamanho da família, da relação entre consumidores e trabalhadores no seu interior, dos meios técnicos disponíveis, da quantidade de terra, dos preços agrícolas e da renda trazida por atividades não agrícolas (ABRAMOVAY, 1998a, p.92).

A oferta natural⁴, como a biodiversidade existente, pode influenciar esse equilíbrio na medida em que o trabalho extrativista, quando comparado ao esforço do trabalho na execução de técnicas de produção agropecuária, possibilite prover meios alternativos de subsistência para a família em diferente quantidade ou qualidade.

A direção da unidade familiar perde seu caráter qualitativo quando inserida em uma economia de troca monetária, o interesse pela mera quantidade, que pode adquirir uma forma qualitativa qualquer, ocupa o primeiro plano (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.137).

⁴ Oferta natural: conjunto de atributos que assumem o meio ambiente físico e/ou biológico, responsáveis por proporcionar os meios de subsistência para as pessoas que o habitam localmente.

Outro elemento capaz de alterar a racionalidade camponesa é a existência de um mercado de trabalho; quando o esforço familiar passa a ser comparado com o custo de oportunidade oferecido pelo mercado de trabalho e, as necessidades básicas, podem ser supridas com a venda da força de trabalho. O custo de oportunidade do trabalho torna-se um parâmetro importante nas decisões produtivas da unidade de produção familiar e põe abaixo a determinação subjetiva das opções econômicas da família (ABRAMOVAY, 1998a, p.96). Da mesma forma, a compra de trabalho por parte da família camponesa torna-se possível, constituindo um elemento externo à família na obtenção de seu equilíbrio econômico (ABRAMOVAY, 1998a, p.93).

O trabalhador rural, ao vender sua força de trabalho separa o trabalho de seu mundo particular, porque passa a participar de uma esfera organizada economicamente com requisitos estabelecidos pelo sistema externo (independente da vontade do trabalhador). À empresa interessa maior produtividade do trabalhador, enquanto ao trabalhador o salário, como um meio de reproduzir suas condições de vida através da troca mercantil.

Quando o fruto direto do trabalho não se constitui um meio de reprodução das condições de vida do trabalhador, alguns usos e costumes podem se alterar na medida em que, para mantê-los, se recorre aos mecanismos de mercado. Entre os costumes e formas de produção da economia camponesa visando a reprodução familiar encontram-se aspectos culturais e conhecimentos que figuram em um âmbito diferente e até dissociado do mercado, muitas vezes mais próximos do convívio sustentável com os diversos biomas brasileiros.

A troca de valores particulares por outros de caráter universal, veiculados pelos mercados de forma geral e indeterminada, podem contribuir para artificializar as relações existentes entre agricultores e o meio ambiente circundante, na medida em que não considera as particularidades ambientais.

Sistema de Economia Camponesa e Gestão da Biodiversidade do Cerrado

A partir de 1700, a busca do ouro e de pedras preciosas motivou a ocupação no interior do estado de Goiás, com fundação do Arraial de Sant'Anna, atual cidade de Goiás, em 1726 (CHAUL, 1997).

Com a decadência da mineração, por volta de 1778 (BERTRAN, 1988), a população goiana passou a se dedicar à agricultura de subsistência e à pecuária extensiva. Sem condições de aquisição de novos escravos, os produtores rurais passaram a trabalhar nas lavouras e a cuidar das criações, empregando força de trabalho familiar, substituindo, gradativamente, a força de trabalho escrava (ESTEVAM, 1998, p.79).

No início do século XIX, as relações de produção encontravam-se baseadas na unidade familiar. A produção de excedente era para adquirir, principalmente, ferramentas, sal e querosene (CANDIDO, 1979). A agricultura manteve-se como atividade de subsistência, na ausência de mercado consumidor e condições de escoamento do excedente, (CHAUL, 1997; SAINT-HILAIRE, 1975).

A base do sistema produtivo goiano adotava a agricultura itinerante (com queimada), a pecuária extensiva com movimentação do rebanho em busca de melhores pastos, além das atividades de coleta, caça e pesca (CANDIDO, 1979). Este modo de vida, era marcado pelo semi-nomadismo, rudeza das técnicas empregadas e ocupação espacial dispersa, com raros e inexpressivos núcleos urbanos.

A fazenda de gado que surgiu como organização produtiva básica do processo de ocupação não teve limites definidos e, geralmente, o fazendeiro não possuía título legal de propriedade. No interior do estabelecimento ocorreu um processo onde o trabalhador imigrante (ou agregado) converteu-se em pequeno fornecedor de alimentos para consumo na própria fazenda, engendrando um peculiar complexo produtivo (ESTEVAM, 1998, p.74).

A província, apartada das transformações capitalistas em curso no Sudeste, exportava gado, sobretudo via Triângulo Mineiro e Barretos, entretanto de forma incipiente, não se caracterizando enquanto negócio no sentido moderno do termo (ESTEVAM, 1998, p.80).

O processo de ocupação pecuarista, ocorreu entre 1822 e 1890, estendendo-se por vastas áreas de pastagens naturais, relativamente pobres, mas adaptadas à criação extensiva de gado. A agricultura predominante era a “camponesa” caracterizada pela fraca utilização de insumos, predominância do trabalho familiar e incipiente inserção ao mercado (ESTEVAM, 1998, p.71). Para estes agricultores não existia a categoria preço de mercado ou o fator troca mercantil, podendo ser considerado um sistema econômico de “exploração familiar natural”.

A exploração familiar natural é constituída por uma série de relações sociais e econômicas, permeando como uma rede, uma estrutura compostas de várias unidades de trabalho integradas, que satisfazem in natura as suas necessidades. Essas relações controlam a organização das distintas unidades agrícolas naturais e padronizam sua estrutura de produção (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.145).

Na unidade básica goiana – fazenda de gado – o fazendeiro e agricultores, teceram formas recíprocas de intercâmbio e convivência. Os agregados vincularam-se a um fazendeiro, em acordo de ajuda mútua e convivência, pois seus produtos agrícolas não contavam com mercado próximo e, portanto, a atividade produtiva não gerava renda, enquanto ao fazendeiro interessava os produtos de subsistência e o fornecimento de trabalho (ESTEVAM, 1998, p.74).

Nas explorações familiares naturais, em relação ao modo capitalista, a diferença encontra-se na estrutura privada interna, no cálculo da lucratividade, onde a própria noção de lucratividade é um fator determinante juntamente com a noção de equilíbrio econômico entre satisfação da demanda e penosidade do trabalho (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.145).

Na ausência do fator formador da renda - localização do mercado -, as distintas condições climáticas e de solo introduzem no sistema da unidade econômica natural algo semelhante ao fator renda (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.145). Nas condições do Cerrado goiano, a distribuição da vegetação nativa na unidade de produção familiar ou em seus arredores também poderia ser considerada um fator formador da renda. Isso aconteceria na medida em que a vegetação nativa pudesse proporcionar, à unidade familiar, melhores ou piores condições de satisfação de suas necessidades básicas, a partir da exploração extrativista da biodiversidade local.

Sociedades camponesas caracterizam-se pela organização que souberam estabelecer no quadro e nas condições que lhes oferecia a natureza (MENDRAS, 1978, p.19). A população que se fixou na região, embora estivesse mais voltada para a pecuária e agricultura de pequeno porte, com o tempo e a miscigenação, adquiriram conhecimento sobre uso da biodiversidade nativa, como plantas medicinais e alimentares (PIRES, 1999, p.166). Provavelmente nos períodos de crise ou escassez da safra, os mais limitados fizessem uso de práticas extrativistas (coleta, caça e pesca) para complementarem suas necessidades alimentares.

Considerando a diversidade de uso da biodiversidade do Cerrado, associada ao saber tradicional, pode-se reavaliar a importância da extensão da área cultivada na medida em que fossem adotadas práticas extrativistas e/ou houvesse limitações devido a fatores internos à unidade familiar como tamanho e composição da força de trabalho.

Por outro lado, as famílias de agricultores “foram acomodando-se, nos anos oitocentos, em terras de fronteira e/ou pertencentes a grandes fazendas” (ESTEVAM, 1998, p.71). A criação de gado extensiva, realizada em pastagens nativas, contribuía para manutenção da vegetação nativa em extensas áreas sem interferir na disponibilidade de terra para realização dos cultivos.

Em relação ao aspecto social é o padrão de vida tradicional, afirmado pelo costume e hábito, que determina a amplitude das exigências de consumo e, assim, a aplicação de força de trabalho na unidade familiar (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.145).

Na fazenda goiana, aparentemente, os hábitos alimentares e a rotina do trabalho homogeneizavam a todos, encurtando o distanciamento social e a hierarquia. O fazendeiro era, ao mesmo tempo, dono de parte dos recursos produtivos (terra) e constituía parte da força de trabalho, inexistindo rígida definição de funções (ESTEVAM, 1998, p.76-77). Os fatores sociais determinantes das exigências de consumo eram simples e, provavelmente, os critérios para

definição da aplicação da força de trabalho não seriam contraditórios com a obtenção de alimentos, a partir de atividades extrativistas relacionadas com a utilização da flora do Cerrado.

Em relação às limitações técnicas, os alimentos, cultivados sem irrigação, só poderiam ser produzidos e colhidos no período chuvoso, entretanto muitos frutos nativos apresentam período de maturação na época seca (ALMEIDA; RIBEIRO, 1997), quando os estoques de alimentos deveriam estar baixos ou acabando. Este talvez fosse o maior estímulo ao uso desses frutos na alimentação cotidiana.

Por outro lado a maioria dos solos do Cerrado, sem adequado uso de insumos químicos, não são apropriados para o cultivo de alimentos apresentando baixa produtividade (COCHRANE; AZEVEDO, 1988), mas apresentam vegetação nativa associada e bem adaptada.

Em relação à “penosidade do trabalho”, pelo menos aparentemente, as atividades extrativistas são mais atraentes quando se considera que para colher, não há necessidade de plantio ou capinas e outros tratos culturais. A racionalidade camponesa, definida em moldes estritamente econômicos, contempla a busca de lucros, a minimização dos riscos e a aversão a penosidade (ABRAMOVAY, 1998a, p.96-97).

Em Goiás, no século XIX, pela rusticidade das tecnologias empregadas, dificuldade de acesso a máquinas e implementos, oferta quase ilimitada de terra, provavelmente, o principal fator limitante da produção agrícola e da própria área plantada era a disponibilidade de mão-de-obra ou o fator de produção trabalho. Excluindo-se a possibilidade de existência de um mercado de trabalho ou de troca monetária próximo, pode-se dizer que quanto maior a quantidade produzida e menor a quantidade de trabalho empregado, maior seria o lucro.

Quais seriam as atividades mais rentáveis, do ponto de vista do trabalho empregado, as práticas e tecnologias “primitivas” de produção agropecuária ou as atividades extrativistas? Portanto dentro da racionalidade de obtenção de maior lucro (segundo as considerações de SCHULTZ, apud ABRAMOVAY, 1998a, p.83), a atividade que proporcionasse melhores resultados (ou maior quantidade de produtos ou alimentos), com o emprego de menor quantidade de trabalho seria a mais lucrativa.

Considerando a necessidade de subsistência, provavelmente, algumas práticas extrativistas seriam mais “compensadoras” para a família quando comparadas com as práticas tradicionais de produção agropecuária, principalmente considerando as limitações do solo do ponto de vista de fertilidade. Lipton também vê no agricultor tradicional um “maximizador”, não de lucros, mas de oportunidades de sobrevivência (apud ABRAMOVAY, 1998a, p.86). Eles não optam por maximizar seus lucros se houver em torno desses ganhos adicionais o risco de perdas que impliquem a redução do produto aquém da subsistência (ABRAMOVAY, 1998, p.87).

As incertezas relacionadas com ataque de pragas e doenças ou fenômenos climáticos como o caso do veranico (período sem chuvas de 5 a 10 ou mais dias que ocorre em áreas de Cerrado), apresentam maior ou menor possibilidade de quebra de produção. Provavelmente ao agricultor restaria a reflexão: até que ponto vale a pena empregar a força de trabalho na geração de excedentes?

Pelas peculiaridades climáticas e a ausência ou escassez de chuvas na época seca (abril, maio, junho, julho, agosto e setembro); o plantio dos diferentes cultivos deveria ser feito em determinados períodos para garantir sucesso na colheita. O plantio de áreas maiores, quando houvesse escassez de mão-de-obra, exigiria maior número de dias, o que poderia causar o desenvolvimento da lavoura e/ou a colheita em período desfavorável à melhor produtividade, com grande risco de perdas.

Por outro lado, a produção das plantas nativas, com risco zero, era constante a despeito de suas as variações naturais. Desta forma o sertanejo desenvolveu um sistema misto onde o risco inerente às incertezas da produção agrícola poderia ser amenizado pela colheita de frutos nativos como o pequi, o buriti, o açaí e o uso do palmito de inúmeras palmeiras como a guariroba. Como exemplo temos o mercado regional consumidor de pequi e guariroba.

CONCLUSÕES

Os conceitos empregados para definição do campesinado brasileiro mudaram de acordo com sua diferenciação em agricultura familiar e, num contexto mais amplo, inserção ao mercado.

Conforme o agricultor familiar se insere nos mercados, tanto de mercadorias como de trabalho, a lógica econômica peculiar do campesinato é reestruturada por valores da economia capitalistas. A prática produtiva é paulatinamente transformada pelo cultivo de produtos que apresentem maior poder de troca no mercado envolvente e com desuso da vegetação nativa. Este processo de mudança altera a lógica decisória, do agricultor, em relação às atividades produtivas e aos objetivos a serem alcançados com a produção; repercute ao nível de significação dos diferentes componentes –físico e biológico - do meio envolvente no qual a propriedade se insere e redireciona as relações existentes entre estes agricultores e os recursos naturais.

A troca de valores particulares por outros de caráter universal, veiculados pelos mercados de forma geral e indeterminada, em muitos casos contribui para artificializar as relações existentes entre esses agricultores e o meio ambiente circundante, na medida em que não considera as particularidades ambientais.

Essa mudança levou à desvalorização e desuso do saber tradicional construído a custas do esforço de subsistência e sobrevivência, ocorrido no século XIX no Cerrado goiano, de forma “relativamente” autônoma em relação às influências externas, sejam estas culturais, econômica (capitalista) ou outras.

Embora as atuais políticas voltadas ao rural brasileiro apresentem esforços no sentido de valorizar a produção familiar, estes esforços são insuficientes no sentido de valorizar o conhecimento destes agricultores a respeito dos respectivos ambientes como os usos dos recursos naturais, em especial da biodiversidade do Cerrado.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2.ed. São Paulo:Hucitec, 275 p., 1998a.

ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J.F. **Usos múltiplos para a flora nativa do Cerrado.** In: SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS FLORESTAIS PARA O MATO GROSSO DO SUL, 1, 1997, MS: Resumos. Dourados: EMBRAPA-CPAO/Flora Sul, p.23-370, 1997.

BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do Centro Oeste do Brasil.** UCG/CODEPLAN, Goiânia/Brasília, 140p., 1988.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** Goiânia: CEGRAF-UFG, 247p., 1997.

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** Traduzido por Amaral Filho, J. B. de S., a partir da edição em inglês On the Theory of Peasant Economy, Richard D. Irwin Inc., Homewood, Illinois, 1965, ed. Daniel Therner, Basile Kerblay e R. E. F. Smith; cotejado com a versão em espanhol em Discusiones sobre la cuestión agrária, Ed. Latina, Bogotá, ed. Myryam Jimeno, 1977.

COCHRANE, T. T.; AZEVEDO, L. G. **As savanas do trópico sul-americano: uma visão geral dos seus recursos de clima e solo para desenvolvimento agrotecnológico baseada no inventário computadorizado de sistemas de terra do CIAT/Embrapa.** In: SAVANAS: ALIMENTO E ENERGIA. SIMPÓSIO SOBRE O CERRADO, 6, Brasília: EMBRAPA/CPAC. p. 773-801, 1988.

ESTEVAM, L. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do Autor. 276 p., 1998.

FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Versão resumida do relatório final do Projeto UFT/BRA/036. Brasília: FAO/INCRA, 24 p., 1994.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **A estrutura de produção no campo em 1980.** São Paulo: Perspectivas, v. 12/13, p. 55-72, 1990.

LEFF, E. 6-CULTURA ECOLÓGICA E RACIONALIDADE AMBIENTAL. In: Ecologia, Capital e Cultura – Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável. Enrique Leff. Coleção Sociedade e Ambiente. Blumenau : EDIFURB, p. 211-257, 2000.

JOLLIVET, M. **Agricultura et environnement: réflexions sociologiques.** Economie Rurale. Paris: Société Française d'Economie Rurale, n. 209-209, p.5-11, mars/juin. 1992.

MENDRAS, H. Ecologia. p. 19- 42, In: **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1978.

PIRES, M. O. **Cerrado: sociedade e biodiversidade** p.155-173. In: IORIS, E. (coord.) Plantas Medicinais do Cerrado: Perspectivas Comunitárias para a Saúde, o meio Ambiente e o Meio sustentável. Projeto Centro Comunitário de Plantas Medicinais. ANAIS DO WORKSHOP PLANTAS MEDICINAIS DO CERRADO. Mineiros-GO: , Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior. 260 p., 1999.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. **A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 6 p. 76-88, 1994.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à província de Goiás.** São Paulo:Itatiaia/USP, 158p. 1975.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Tese de Doutorado em Sociologia Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre:UFRGS. 80 p., 2000.

SILVA, J. G. da. **Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do campesinato no Brasil.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., 1995, Curitiba PR. Anais do Congresso Brasileiro ..., Curitiba: SOBER, v.2, p. 762-777, 1995.

VAN DER PLOEG, J. D. **Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development.** Sociologia Ruralis, Oxford, UK, v. 40, n.4, p. 497-511, Oct. 2000.

WANDERLEY, M. de N.B. **O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio?**, p. 27-31. In: A agricultura familiar: comparação internacional II do mito à realidade. LAMARCHE, H. (coord.); tradução: BAZIN, F. Campinas, SP: UNICAMP, 348 p. , 1998a.

WANDERLEY, M. de N. B. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov.** In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (org.). Para pensar: outra agricultura. Curitiba: UFPR. 276 p., 1998b.

